



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

EUA apura liberdade de imprensa no Brasil após ofensiva de Moraes

GUSTAVO MORENO/STF

■ Os Estados Unidos passaram a monitorar a atuação do ministro Alexandre de Moraes (STF) após a ofensiva contra o jornalista Luís Pablo Conceição Almeida. O profissional de imprensa publicou reportagens sobre o suposto uso de um veículo oficial por parentes do ministro Flávio Dino no Maranhão.

■ Interlocutores em Washington ouvidos pela coluna classificaram a investigação aberta por Moraes como uma violação à liberdade de imprensa. A avaliação não se restringe a aliados políticos do presidente Donald Trump e do secretário de Estado, Marco Rubio. A percepção é compartilhada também por diplomatas de carreira norte-americanos, inclusive integrantes que ocuparam postos de destaque durante o governo do democrata Joe Biden.

■ O entendimento entre esses interlocutores é de que autoridades que se considerem caluniadas ou difamadas por uma reportagem podem recorrer à Justiça contra o jornalista e buscar uma eventual indenização.

■ Na avaliação feita em Washington, porém, a situação muda de patamar quando uma investigação resulta no envio da Polícia Federal à residência de um profissional de imprensa para



Alexandre de Moraes determinou operação da Polícia Federal contra jornalista

apreender aparelhos eletrônicos e buscar a identificação da fonte responsável pelo repasse das informações.

■ Foi o que ocorreu no caso de Luís Pablo. Por determinação de Moraes, a PF apreendeu equipamentos eletrônicos do jornalista no âmbito da investigação relacionada às informações publicadas por ele.

■ A nova ação policial determinada pelo ministro já é vista na Casa Branca como mais um episódio a integrar a lista de supostos abusos atribuídos ao

magistrado por integrantes do governo norte-americano.

■ A atenção de Washington ao episódio também ocorre em um momento de nova pressão sobre Moraes. A Casa Branca estuda retomar a aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro do STF.

■ A legislação norte-americana permite a imposição de sanções contra estrangeiros acusados pelo governo dos Estados Unidos de envolvimento em graves violações de direitos humanos ou corrupção.

Alvo de Moraes, ex-secretário de Segurança do Maranhão diz ser “inimigo” de Dino

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

■ Alvo de uma operação da Polícia Federal (PF) determinada pelo ministro Alexandre de Moraes (STF), o ex-secretário de Segurança Pública do Maranhão Raimundo Cutrim afirmou ser “inimigo pessoal e político” do ministro Flávio Dino. A declaração foi feita nesta quarta-feira (12/8), um dia após o cumprimento de mandado de busca e apreensão contra ele.

■ “Causa estranheza, se isso for verdade, um mandado de prisão contra mim assinado por Flávio Dino, reconhecidamente inimigo meu pessoal e político dos tempos em que ele era governador e eu deputado estadual”, afirmou Cutrim, que é delegado aposentado da PF, comandou a Segurança Pública do Maranhão por duas vezes e exerceu três mandatos como deputado estadual.

■ O ex-secretário também acusou aliados de Dino, chamados por ele de “dinistas”, de atuarem como intermediá-

rios de supostas propostas envolvendo decisões judiciais e apoio eleitoral.

■ “Esses ‘dinistas’ que espalham esta ameaça são os mesmos que se fizeram portadores de recados, propondo troca de sentenças do mesmo ministro por redutos eleitorais”, declarou.

■ Cutrim já havia sido alvo de medidas determinadas por Dino em 17 de julho. Na ocasião, o ministro determinou a busca e apreensão e decretou a prisão preventiva do ex-secretário. A prisão foi posteriormente convertida em domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica.

■ Na terça-feira (11/8), uma nova busca e apreensão foi realizada contra Cutrim, desta vez por determinação de Moraes. Como mostrou a coluna, a Polícia Federal identificou o ex-secretário como fonte do jornalista Luís Pablo após recuperar conversas no MacBook do profissional de imprensa, apreendido em março.



Dino acusa jornalista de perseguição

■ As mensagens estavam relacionadas a reportagens sobre o suposto uso irregular de viaturas do Tribunal de Justiça do Maranhão por familiares de Dino.

■ Em nota, a defesa de Cutrim também negou que ele tenha feito pagamentos ao jornalista. Segundo os advogados, as movimentações financeiras mencionadas na investigação envolveriam Luís Pablo e seu advogado, sem participação do ex-secretário.

■ A defesa afirma ainda que não teve acesso integral aos autos referentes às medidas determinadas por Dino.

RICARDO STUCKERT



Presidente barra drenagem no Pará

Lula barra dragagem e escoamento de grãos pode sobrecarregar a rodovia BR-163

■ O presidente Lula decidiu barrar a dragagem emergencial do rio Tapajós, no Pará, medida defendida como necessária para manter o escoamento de grãos pela hidrovia. Com a decisão, até 5,5 milhões de toneladas de soja e milho podem migrar para a BR-163.

■ A medida ocorre em meio ao alerta da ONU de que o Super El Niño pode levar mais 49 milhões de pessoas à fome aguda até 2027, elevando o total global para 274 milhões e ampliando a importância de grandes exportadores de alimentos, como o Brasil.

■ Segundo informações do setor, a dragagem tinha recomendação técnica de ministérios do próprio governo e seria integralmente custeada pela iniciativa privada. A intervenção alcançaria menos de 2% da extensão navegável do Tapajós.

■ A decisão ocorre após indígenas ocuparem por quase um mês o terminal da Cargill em Santarém, em protesto contra intervenções na hidrovia. O grupo se opõe à dragagem e ameaça realizar novas mobilizações.

■ Sem a intervenção, a expectativa é de que parte da produção que seria transportada pelo Tapajós seja deslocada para a BR-163. A rodovia é um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste em direção aos portos do Norte.

■ O aumento do fluxo de caminhões pode pressionar o custo do frete e ampliar o movimento na estrada justamente em um período de maior demanda pelo escoamento da safra brasileira.